



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.006897/2025-95

Assunto: Nova Contratação. Pregão eletrônico. Instalação de gerador de emergência na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal. Item 20250271 do Plano de Contratações. **Valor máximo estimado: R\$ 690.389,42.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, por meio de regime de EMPREITADA INTEGRAL, destinado à contratação de empresa para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando instalação de gerador de emergência na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal, com assistência técnica, ao custo estimado de **R\$ 690.389,42** (seiscentos e noventa mil e trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.091004/2025-27).

O órgão técnico justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.087987/2025-05), conforme transcrição a seguir:

5. Conforme justificativa exposta no sistema SENIC, historicamente, ocorrem várias quedas de energia da CEB ao longo do ano na QL-12, algumas vezes com tempo superior a uma hora, inclusive à noite e em momentos com visitas na residência, o que causa transtorno de toda ordem, tanto para os moradores quanto para os visitantes. A Residência Oficial também é um ambiente de despacho de trabalho da Presidência, o que configura o ambiente como extensão de seu gabinete. O custo de uma interrupção de agenda do Presidente em eventual queda de energia na RO pode causar prejuízos imensuráveis, em questões políticas e de interesse público. O gerador também poderá atender a outras instalações críticas do Complexo do Senado Federal e mitigar possíveis prejuízos, conforme descrito acima.

[...]

Por meio do Ofício nº 394/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.091012/2025-73), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carregados aos autos:

[...]





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Para a finalidade, a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.070109/2025-42, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.087987/2025-05, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretoria-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi dispensada após deliberação do Comitê de Contratações, conforme NUP 00100.090839/2025-60.

(...)

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.076352/2025-74, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 690.389,42**.

A pesquisa conta com Anotação de Responsabilidade Técnica, motivo pelo qual não foi ratificada pela COCVAP, nos termos do art. 18, §3º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

(...)

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.080060/2025-36, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

(...)

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 329/2025 (NUP 00100.087582/2025-69) analisou os autos e concluiu que ***“atendida a recomendação, feitas as alterações na minuta e alcançadas as aprovações superiores, a minuta de edital estará apta a regular o procedimento licitatório pretendido, sem a necessidade de retorno a esta Advocacia.”***

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.087989/2025-96.

Quanto às recomendações jurídicas referentes à minuta de edital, segue tabela preenchida com as recomendações que **não foram acatadas e suas justificativas**:

RECOMENDAÇÃO DA ADVOSF	MANIFESTAÇÃO DA COATC
“alteração da Cláusula Nona e de seu parágrafo oitavo na minuta contratual, para que a garantia exigida seja estipulada em percentual sobre o valor anual do contrato, não sobre seu valor total. Necessários também ajuste no item 84, AA do TR e a <u>inclusão de disposição também no edital acerca de exigência de garantia contratual</u> .”	A <u>inclusão da exigência de garantia contratual no edital</u> não está em conformidade com a minuta-padrão aprovada pela Comissão de Minutas-Padrão do Senado Federal.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.090211/2025-64.



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

A contratação está prevista no item 20250271 do Plano de Contratações. A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.091004/2025-27 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, sugere-se acolher a manifestação técnica do Senhor Diretor da SADCON, que opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame e a despesa; o termo de referência, e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Adicionalmente, sobre a questão envolvendo a exigência de garantia contratual, conforme apontamento da ADVOSF, entende-se que deve ser acatada a proposição do órgão técnico, o qual detém o conhecimento sobre o objeto a ser contratado e o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Kleber Minatogau
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico;
2. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.087987/2025-05) e a minuta de edital (documento nº 00100.091004/2025-27), nos termos propostos;
3. **AUTORIZO** a despesa no valor máximo estimado de **R\$ 690.389,42** (seiscentos e noventa mil e trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), previsto no item 20250271 do Plano de Contratações;
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG anexa.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 22 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2617 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.006897/2025-95**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor titular da **Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura – COPROJ**, e seu substituto imediato, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

